

APRENDIZAGEM AUTORREGULADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL¹

Maria Roberta Miranda Furtado,

Especialista em Docência na Educação Infantil

Universidade Federal do Pará

Enizete Andrade Ferreira,

Especialista em Psicologia Educacional com Ênfase em Psicopedagogia Preventiva

Universidade Federal do Pará

Maély Holanda Ramos,

Doutora em Psicologia

Universidade Federal do Pará

RESUMO

A aprendizagem autorregulada é um processo que desenvolve no aluno a capacidade de planejar, monitorar e regular sua própria aprendizagem. Estratégias autorregulatórias podem trazer grandes benefícios para o educando em nível de Educação Infantil. O objetivo deste trabalho é discutir acerca das principais contribuições da aprendizagem autorregulada para as crianças da educação infantil na perspectiva da Teoria Social Cognitiva de Albert Bandura. Como metodologia de estudo realizou-se levantamento bibliográfico. A partir das reflexões realizadas foi possível perceber que o quanto antes a criança for inserida em ambientes que recorram as estratégias autorregulatórias de aprendizagem no seu ensino, mais cedo a mesma poderá se beneficiar em seus aspectos cognitivos, metacognitivos, afetivos, motivacionais e sociais que a autorregulação irá proporcionar.

Palavras-Chave: Autorregulação; Aprendizagem; Educação Infantil

INTRODUÇÃO

Nos tempos atuais muitos problemas atingem o ambiente educacional, um deles, mais especificamente, são as dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelas crianças, principalmente na Educação Infantil. Levando em consideração que a prática pedagógica em si, não é a única responsável pela aquisição de conteúdos pelos alunos, pode-se recorrer à autorregulação da aprendizagem para que o educando venha a ter melhores resultados, sendo que as estratégias autorregulatórias tornam o aprendiz o protagonista de sua própria aprendizagem.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da inserção da criança o quanto mais cedo possível no contexto da aprendizagem autorregulada, ou seja, na educação infantil. Esse nível de ensino torna-se um ambiente propício para desenvolver nesse aluno a autorregulação de sua aprendizagem. Para isso, é preciso refletir sobre alguns aspectos, como, por exemplo, entender que a criança da Educação Infantil, apesar da sua pouca idade, possui sim a capacidade e autonomia para criar meios e atitudes que irão lhe ajudar a aprender de uma forma mais significativa e eficaz.

¹ Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa do mestrado.

Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo, discutir acerca de algumas contribuições da aprendizagem autorregulada para as crianças da Educação Infantil na perspectiva da Teoria Social Cognitiva de Albert Bandura. Teoria da psicologia que defende que todo e qualquer indivíduo possui a capacidade de transformar o ambiente onde vive, através de processos metacognitivos como a autorregulação.

DESENVOLVIMENTO

A Teoria Social Cognitiva (TSC) é uma perspectiva, em psicologia, desenvolvida pelo psicólogo Albert Bandura. Inicialmente uma teoria de aprendizagem a qual foi se expandindo para configurar-se em uma teoria geral da psicologia que possui como um dos objetivos explicar a ação e o desenvolvimento humanos (BANDURA, 1986). Deste modo, tem-se como foco a compreensão do comportamento e suas mudanças em seres humanos, ganhando repercussão em diferentes campos do conhecimento (PAJARES E OLAZ, 2008).

A Teoria Social Cognitiva possui diversos conceitos-chave, dentre elas está a autorregulação (BANDURA, 1991), a qual proporciona explicações no que tange os procedimentos envolvidos na “possibilidade humana de autorregular ativamente o próprio comportamento, como parte do processo de intervir intencionalmente na realidade, perspectiva que integra a formulação da teoria da agência humana ” (AZZI E POLYDORO, 2009, p.75). Bandura (2008) defende que “ser agente é influenciar intencionalmente o funcionamento e curso dos eventos ambientais”. Nesta perspectiva as pessoas contribuem intencionalmente para os acontecimentos e circunstâncias de suas vidas, não sendo apenas produto delas (BANDURA 2008). Sendo assim, é através da agência que os indivíduos direcionam seu próprio comportamento.

Bandura (1991) apresenta três subprocessos envolvidos no método pessoal de regulação do comportamento, a auto-observação, os procedimentos de julgamento e as autorreações. No subprocesso de *auto-observação* o indivíduo consegue perceber seu próprio comportamento, “o que acontece por meio de algumas dimensões de desempenho, as quais podem ser de: qualidade, quantidade, originalidade, sociabilidade, moralidade e desvio” (AZZI E POLYDORO, 2009, p. 76). No subprocesso de *julgamento* o indivíduo analisa e julga seu próprio comportamento como escolhas, ações, motivações e informações. Logo em seguida o indivíduo consegue realizar a auto-observação e julgar suas ações, sequencialmente no subprocesso de *autorreação* o mesmo torna-se capaz de mudar de maneira autodirigida suas atuações. Estes subprocessos influenciam e direcionam o comportamento do indivíduo.

A AUTORREGULAÇÃO E A EDUCAÇÃO INFANTIL

As instituições de Educação Infantil são espaços sistematizados que contribuem para o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, ético, estético e cultural de crianças, no entanto, reconhece-se a necessidade de promover a autonomia dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, ajudando a criança a tomar posse dos seus processos psicológicos subjacentes ao próprio ato de aprender (BORUCHOVITCH, 2001).

Estes processos psicológicos podem trazer inúmeros benefícios para o ensino, por meio da autorregulação da aprendizagem da criança em nível de Educação infantil. Sendo que a partir deste processo, torna-se possível compreender as principais diferenças de cada indivíduo no que diz respeito a sua aprendizagem, considerando o aluno como agente ativo e o meio no qual o mesmo está inserido, como importante para o sucesso futuro desse educando. “O aluno, no seu papel de agente, deve desenvolver processos cognitivos, metacognitivos e motivacionais nas suas aprendizagens e o meio deve proporcionar-lhes métodos e ambientes de aprendizagem ” (VEIGA SIMÃO; FERREIRA; DUARTE, 2012, p. 97).

A aprendizagem autorregulada parte do princípio de que todo aluno pode ser um estudante de sucesso, capaz de aprender. Mas, no entanto, se o professor não é capaz de se autorregular, dificilmente vai conseguir trabalhar a autorregulação em sua sala de aula (BORUCHOVITCH, 2001). Para garantir esse sucesso do aluno, enquanto indivíduo autorregulado, a autorregulação da aprendizagem deve ser apresentada a essa criança desde a sua base educacional, ou seja, a Educação Infantil.

A autorregulação da aprendizagem, se constitui como um conceito multidimensional, que parte do pressuposto de que o aluno tem uma participação ativa no seu processo de aprendizagem e, basicamente, envolve a capacidade do indivíduo de se responsabilizar pelo seu próprio processo de aprender. Englobando assim o educando em seus aspectos cognitivos, metacognitivos, afetivos, motivacionais e sociais, fazendo com que esse estudante consiga desenvolver a capacidade de planejar, monitorar e regular sua própria aprendizagem (BORUCHOVITCH, 2011).

A Educação Infantil, enquanto nível de ensino, necessita de uma análise lúcida e crítica em relação ao ambiente escolar, as condições e definições reais existentes, dos conteúdos sugeridos, das estratégias e opções metodológicas que atendam às necessidades de desenvolvimento, de interação,

comunicação, autonomia, socialização, da participação nas brincadeiras e atividades lúdicas desenvolvidas com as crianças (BRASIL, 1998).

O desafio que se estabelece é exatamente o de ser a primeira infância um período basilar para a estruturação da criança. O alicerce para o aprimoramento de sua personalidade, suas qualidades cognitivas e perceptivas, o modo como interage com o mundo dos objetos e das pessoas dependerá dos estímulos que irá receber, dos afetos trocados e do seu lugar na sociedade. Nessa direção foram encaminhadas às reformas educacionais ocorridas nas últimas décadas, pode-se citar, por exemplo, a nova LDB aprovada em dezembro de 1996, que no seu art. 29 coloca que a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 6 (seis) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Portanto, a Educação Infantil tem um papel essencial no processo de concepção da criança, por ser o primeiro momento de inserção social fora da família. Ressalta-se, no entanto, que com a resolução nº. 03, de Agosto de 2005, a Educação Infantil passou a atender crianças com até 5anos de idade (BRASIL, 2005).

De acordo com Souza (2000), para que se possa educar às crianças, torna-se indispensável reconhecer suas habilidades, seus interesses e suas necessidades com o propósito de ajustar as condições de desenvolvimento e aprendizagem as suas reais aptidões o que contribuirá por sua vez, para maior eficácia do processo ensino aprendizagem. Desta maneira, para que seja proporcionado ao aluno um processo de ensino e aprendizagem de forma significativa desde a Educação Infantil, a escola pode recorrer a um ensino onde a criança venha a ser estimulada a desenvolver a autorregulação da aprendizagem. Uma forma de inserir essa criança em um espaço onde a mesma possa ter contato direto com processos autorregulatórios é na Educação Infantil, por meio de jogos pedagógicos, brincadeiras e ou histórias didáticas (FRIEDMANN, 2009). Um exemplo disso é a utilização de jogos e brincadeiras como auxílio na construção de processos autorregulatórios, os quais possuem grande importância no processo formativo da criança, “através do jogo a criança estimula os seus movimentos corporais e os seus sentidos, adquirindo um controle cada vez mais do seu corpo e da sua motricidade” (FERNANDES, 20012 p. 13). Sendo que, por meio das brincadeiras é proporcionado aos educandos a aquisição de estratégias de aprendizagem onde torna-se possível fazer com que o próprio aluno aprenda a desempenhar um papel mais ativo no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. “Desde os mais simples jogos planejados até às brincadeiras mais espontâneas, a criança vai testando e assimilando as mais variadas regras sociais, bem como desenvolvendo a sua linguagem” (FERNANDES, 2012. p.13). Considera-se que com diferentes estratégias os docentes podem favorecer a constituição de um *controle cognitivo*, o qual

“num amplo conjunto de tarefas, as crianças já devem conseguir resistir à distração, utilizar estratégias apropriadas e eficazes, monitorizar o seu progresso e, em último caso, atingir o objetivo com sucesso” (PISCALHO, SIMÃO, 2014, p. 172) Diferentes pesquisadores têm observado que a aquisição das competências autorregulatórias pelas crianças na educação infantil pode ser considerada como um marco importantíssimo para as mesmas. Haja vista que, tais aquisições irão influenciar não só o presente do educando, mas também o seu futuro social e acadêmico (FERNANDES, 2012).

CONCLUSÕES

Considera-se que a autorregulação pode trazer grandes contribuições para o processo de ensino aprendizagem das crianças da Educação Infantil. Sendo que a partir do momento em que essa criança tem a oportunidade de experienciar estratégias de ensino autorregulatórias, a mesma passa a ter controle sobre seus aspectos cognitivos e metacognitivos. O aluno é incentivado assim, a realizar uma aprendizagem significativa, a qual possibilitará a essa criança bons resultados em toda sua vida acadêmica.

A Educação Infantil sendo a fase basilar para todo e qualquer desenvolvimento da criança, mostra-se como o um ambiente privilegiado para a promoção da aprendizagem autorregulada, ajudando assim a essa criança a não enfrentar futuramente problemas na área do saber, que serão evitados, pois a mesma possui habilidades para supera-los ou até mesmo evitá-los. A criança através das estratégias autorregulatórias conseguirá estabelecer metas e objetivos os quais será capaz de atingir de forma eficaz e dinâmica.

REFERÊNCIAS

AZZI, R. G. Autorregulação em Música: discussão à luz da teoria social cognitiva. Modus, Belo Horizonte, v. 10, n. 17, p. 9-19, nov. 2015.

BANDURA, Albert. Teoria social cognitiva: conceitos básicos/Albert Bandura, Roberta Gurgel Azzi, Soely Polydoro. – Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC; SEF. 1998.

- BANDURA, A. social foundations of thought and action: A social cognitive theory. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1986. BANDURA, Albert. Teoria social cognitiva: conceitos básicos/Albert Bandura, Roberta Gurgel Azzi, Soely Polydoro. – Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. Capítulos II e III.
- BACHELARD, Gaston, 1884-1962. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento/Gaston Bachelard; tradução Estela do Santos Abreu. – Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. P. 17 a 68.
- CAMPOS, Maria Malta. Para que serve a pesquisa em educação? Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 136, jan. /abr. 2009.
- DUBET, F. Pourquoi ne croit-on pas les sociologues? Éducation et Sociétés, n.9, p.13-25, 2002.
- FERNANDES, Ana Luísa. Percepções dos educadores de infância acerca dos comportamentos de autorregulação das crianças. 2012
- FRIEDMANN, Adriana. O desenvolvimento da criança através do brincar. São Paulo: Ed. Moderna, 2009
- FRIEDMANN, Adriana. O brincar na educação Infantil: observação, adequação e inclusão/Adriana Friedmann. – 1. Ed. – São Paulo: Moderna, 2012.
- FRISON, L.; Schwartz, S. Aprendizagem auto-regulada e autonomia: articulações com o conceito de erro construtivo. In: Frison, L.; Schwartz, S. Professores e alunos: aprendizagens significativas em comunidades de prática educativa. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008. p.355-382.
- HAMMERSLEY, M. Some questions about evidence-based practice in Education. In: CONFERENCIA ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRITANICA DE PESQUISA EDUCACIONAL. Anais... Leeds (U. K.), University of Leeds, set. 2001. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/educol/documents/00001819.doc>. Acessado em: 13 jun. 2008.
- ROSÁRIO, P. et al. De pequenino é que se auto-regula o destino. Educação: Temas e Problemas, n.2, v.4, p.281-293, 2007a.
- SLAVIN, R. E. Evidence-based education policies: transforming educational practice and research. Educational Researcher, v.31, n.7, p.15-21, out. 2002.
- SOUSA, Ana Maria. C. de. Educação Infantil: uma proposta de gestão municipal. Camoinas: Papyrus, 2000.
- PAJARES, F., OLAZ, F. Teoria social cognitiva e auto-eficácia: uma visão geral. Em: Bandura, A.; Azzi, R.; Polydoro, S. A. J. (Orgs) teoria social cognitiva: conceitos básicos. Porto Alegre: Editora Artmed, 2008. p. 97-114.